

Atos administrativos

Atributos

Prof. Rodrigo Cardoso

1) PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE

Características

- a) O ônus de provar (o ônus de agir) que o ato é ilegal é do particular que a ele se opõe;
- b) esse atributo está presente em todos os atos administrativos;
- c) a presunção de legitimidade é relativa (*iuris tantum*), portanto admite prova em contrário a cargo de quem alega ilegitimidade/ilegalidade. Vale dizer, a presunção de legalidade não é absoluta (*iuris et de iure*) que significa “de direito por direito” – não admite prova em contrário.

2) PRESUNÇÃO DE VERACIDADE

Significa que os fatos narrados pelo agente ao praticar o ato são verdadeiros, ou seja, realmente aconteceram.

(CESPE 2020/TJ-PA) O atributo ou característica do ato administrativo que assegura que o ato é verdadeiro, mesmo que eivado de vícios ou defeitos, até que se prove em contrário, denomina-se

- a) coercibilidade
- b) presunção de legitimidade
- c) finalidade
- d) exequibilidade
- e) autoexecutoriedade

Gabarito: B

No que se refere a atos administrativos, julgue o item a seguir

(CESPE 2019/TJ-AM/ANALISTA JUDICIÁRIO-OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOS) As certidões emitidas pela administração pública possuem fé pública, pois um dos atributos dos atos administrativos é a sua presunção de veracidade.

Gabarito: Certo

Com relação à legislação, julgue o item.

(QUADRIX 2019/CREA-GO/ANALISTA) Um atributo dos atos administrativos é a presunção de legitimidade, que é *juris tantum*.

Gabarito: Certo

Julgue o item que se segue, a respeito dos atos da administração pública.

(CESPE 2018/STJ/TÉCNICO JUDICIÁRIO) Todos os fatos alegados pela administração pública são considerados verdadeiros, bem como todos os atos administrativos são considerados emitidos conforme a lei, em decorrência das presunções de veracidade e de legitimidade, respectivamente.

3) AUTOEXECUTORIEDADE

Na definição de Di Pietro, autoexecutoriedade é o “atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria administração, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário”.

Acerca dos atos administrativos, julgue o item.

(QUADRIX 2019/CRO-GO/ADMINISTRADOR) Nem todos os atos administrativos possuem o atributo da autoexecutoriedade, como é o caso da cobrança de multa.

Gabarito: Certo

Considerando a doutrina majoritária, julgue o próximo item, referente ao poder administrativo, à organização administrativa federal e aos princípios básicos da administração pública.

(CESPE 2018/STJ/ANALISTA JUDICIÁRIO-ÁREA JUDICIÁRIA) De acordo com o princípio da autoexecutoriedade, os atos administrativos podem ser aplicados pela própria administração pública, de forma coativa, sem a necessidade de prévio consentimento do Poder Judiciário.

Acerca do direito administrativo, julgue o item.

(QUADRIX 2022/SEDF/PROFESSOR) A presunção de legitimidade ou de veracidade é um princípio administrativo vital para a Administração Pública, e a referida presunção é absoluta, haja vista a necessidade de proteger todos os atos administrativos praticados pelo ente público.

(IBADE 2022/TJ-RS/OFICIAL DE JUSTIÇA) A interdição de um hotel que explore o lenocínio, por exemplo, pode se dar independentemente de mandado judicial, o mesmo dizendo-se com relação à apreensão de alimentos deteriorados ou insalubres, ao fechamento de estabelecimento comercial que não atenda às exigências do código sanitário, quando não tenha atendido “às intimações administrativas, à interdição de imóvel que não atenda às normas de segurança”.

MADEIRA, José Maria Pinheiro. Administração Pública. Ed. Freitas Bastos, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 12ª ed. 2017.

Tal postura está pautada em uma das características do poder de polícia, qual seja:

a)autoexecutoriedade.

b)discricionariedade.

c)extroversão.

d)disciplinaridade.

e)excessividade.

No que se refere aos atos administrativos, julgue o item.

(QUADRIX 2022/COREN-AP/ANALISTA – ADVOGADO) Consiste a autoexecutoriedade em um atributo por intermédio do qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, desde que mediante intervenção do Poder Judiciário.

Gabarito: errado

4) EXIGIBILIDADE

- Meios indiretos de coerção: como a aplicação de multa ou a exigência do pagamento de multas anteriores como condição para o licenciamento do veículo.
- Bandeira de Mello: graças à exigibilidade, a Administração pode valer-se de meios indiretos que induzirão o administrado a atender ao comando imperativo. Graças à executoriedade, quando esta exista, a Administração pode ir além, isto é, pode satisfazer diretamente sua pretensão jurídica compelindo materialmente o administrado, por meios próprios e sem necessidade de ordem judicial para proceder a esta compulsão. Quer dizer: pela exigibilidade pode-se induzir à obediência, pela executoriedade pode-se compelir, constranger fisicamente.

(CESPE 2020/TJ-PA) A propriedade da administração de, por meios próprios, pôr em execução suas próprias decisões decorre do atributo denominado

a) autoexecutoriedade

b) vinculação

c) discricionariedade

d) medidas preventivas

e) exigibilidade

Gabarito: A

No que se refere às características do poder de polícia e ao regime jurídico dos agentes administrativos, julgue o item que se segue.

(CESPE 2018/CGM-PB/ANALISTA) As multas de trânsito, como expressão do exercício do poder de polícia, são dotadas de autoexecutoriedade.

Gabarito: Errado

(FGV 2022/TRT 13ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO) Flávio estacionou seu veículo em local proibido, numa rua no centro da cidade, e o poder público do Município Alfa, observadas as cautelas e procedimentos legais cabíveis, lhe aplicou uma multa, como meio indireto de coação.

Carlos estacionou seu veículo em local proibido, em frente à entrada de um hospital, e o poder público do Município Beta, observadas as cautelas e procedimentos legais cabíveis, procedeu ao guincho do automóvel, como meio direto de execução do ato administrativo.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, os atributos do ato administrativo que diretamente ensejaram as providências adotadas pelos Municípios Alfa e Beta são, respectivamente,

- a) exigibilidade e autoexecutoriedade.
- b) imperatividade e presunção de veracidade.
- c) imperatividade e executoriedade.
- d) tipicidade e exigibilidade.
- e) autoexecutoriedade e presunção de legitimidade.

Gabarito: a

(CESPE 2022/PREFEITURA DE MARINGÁ-PR/PROCURADOR MUNICIPAL) O ato administrativo consistente no fechamento de um restaurante pela vigilância sanitária constitui exemplo específico do atributo do ato administrativo denominado

a) exigibilidade.

b) autoexecutoriedade.

c) tipicidade.

d) imperatividade.

e) presunção de veracidade.